

Produzir

Futuro do agro em debate



Cesário Ramalho da Silva*

RECENTEMENTE, PARTICIPEI de dois importantes eventos para o agronegócio brasileiro: o lançamento do Plano Safra 2011/12 e a reunião do G-20 agrícola, em Paris.

A presença da presidente Dilma Rousseff no anúncio do Plano Safra foi um gesto de prestígio ao agronegócio. Em sua fala, a presidente foi clara ao dizer que a ascensão do Brasil ao posto de celeiro do mundo só se dará com a valorização do produtor. É preciso estimular o produtor e dar condições dignas para que ele produza, disse Dilma.

No seu discurso, a presidente ressaltou ainda que é necessário dar atenção especial ao médio produtor, que não conta com o suporte de programas de créditos específicos, como os pequenos, nem é detentor de recursos volumosos, com os grandes. A presidente mostrou ser conhecedora da realidade rural ao pontuar esta questão.

Como porta-voz dos produtores na cerimônia, avalio que o plano traz avanços inéditos para o agronegócio, com reflexos muito favoráveis para toda a economia. O aumento de recursos, a ampliação dos limites de crédito, as linhas especiais para pecuária, laranja e o setor sucroenergético são medidas fundamentais para dar apoio ao produtor. Diante disso, fica demonstra-

da a grande objetividade e sensibilidade política do ministro Wagner Rossi.

Alertamos, entretanto, que a concessão de crédito dependente do licenciamento ambiental num momento em que a própria legislação está sendo debatida no Congresso traz ameaças à execução do Plano Safra. Este é um exemplo das dificuldades que comprometem a execução de boas políticas públicas.

Na ocasião, propusemos à presidente Dilma que liderasse a elaboração de um plano estratégico para a agricultura em seu governo. Plano que integrasse vários ministérios com o objetivo de tornar ainda maior o Brasil na produção e exportação de alimentos, energia limpa e outros produtos originários do agronegócio.

Este plano envolveria o desenho de uma nova gestão, com providências razoáveis, bem estruturadas, amadurecidas e cuidadosas. Integrar diversas áreas distribuídas nos vários ministérios que atingem diretamente o agronegócio, como, por exemplo, a infraestrutura logística; o seguro; as questões ambientais, trabalhistas e tributárias; a segurança jurídica; os investimentos estrangeiros, entre outros temas.

Lembramos, ainda, à presidente que sua atuação será fundamental para aprovar o novo Código Florestal, que compatibiliza produção rural e proteção ambiental.

G-20

Já na reunião do G-20 agrícola, acompanhamos o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi. O ministro foi o protagonista do encontro, no qual assinalou que o Brasil teve atuação decisiva e determinante para ampliar a produção mundial de alimentos.

O ministro foi firme ao dizer que rechaça qualquer tipo de controle de pre-

ços agrícolas, enfatizando que o esforço produtivo é a única forma de enfrentar a volatilidade das cotações. Segundo Rossi, não faz sentido uma intervenção no mercado até porque os produtores tiveram vários anos de preços deprimidos. “Não podemos penalizar quem é eficiente, o que defendemos é a liberdade comercial, com comércio justo para os produtores competentes”, disse o ministro.

A Rural concorda com o ministro e também refuta quaisquer tipos de mecanismos de controles de preços. O que defendemos é a regulamentação dos mercados futuros, com regras de atuação claras, que deem liquidez, sem descolar as negociações em bolsa dos fundamentos de oferta e demanda.

Além disso, a Rural elogia o ministro Rossi também por seu posicionamento em relação à transparência de informações agrícolas. O ministro disse que o governo brasileiro acha positiva a adoção de mecanismos que permitam assegurar mais transparência dos mercados, como a implementação do chamado Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (Sima).

“O Brasil e os Estados Unidos já dispõem de uma série de informações sobre safra, estoques e preços que podem ser consultadas. É fundamental que haja transparência total em relação a esses dados”, ressaltou o ministro.

Esse sistema seria administrado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O objetivo seria integrar dados oficiais dos países para observar os níveis mundiais da produção de alimentos, consumo e estoques. A iniciativa contaria com um serviço integrado de previsão do tempo, por meio do uso comum de satélites. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)